

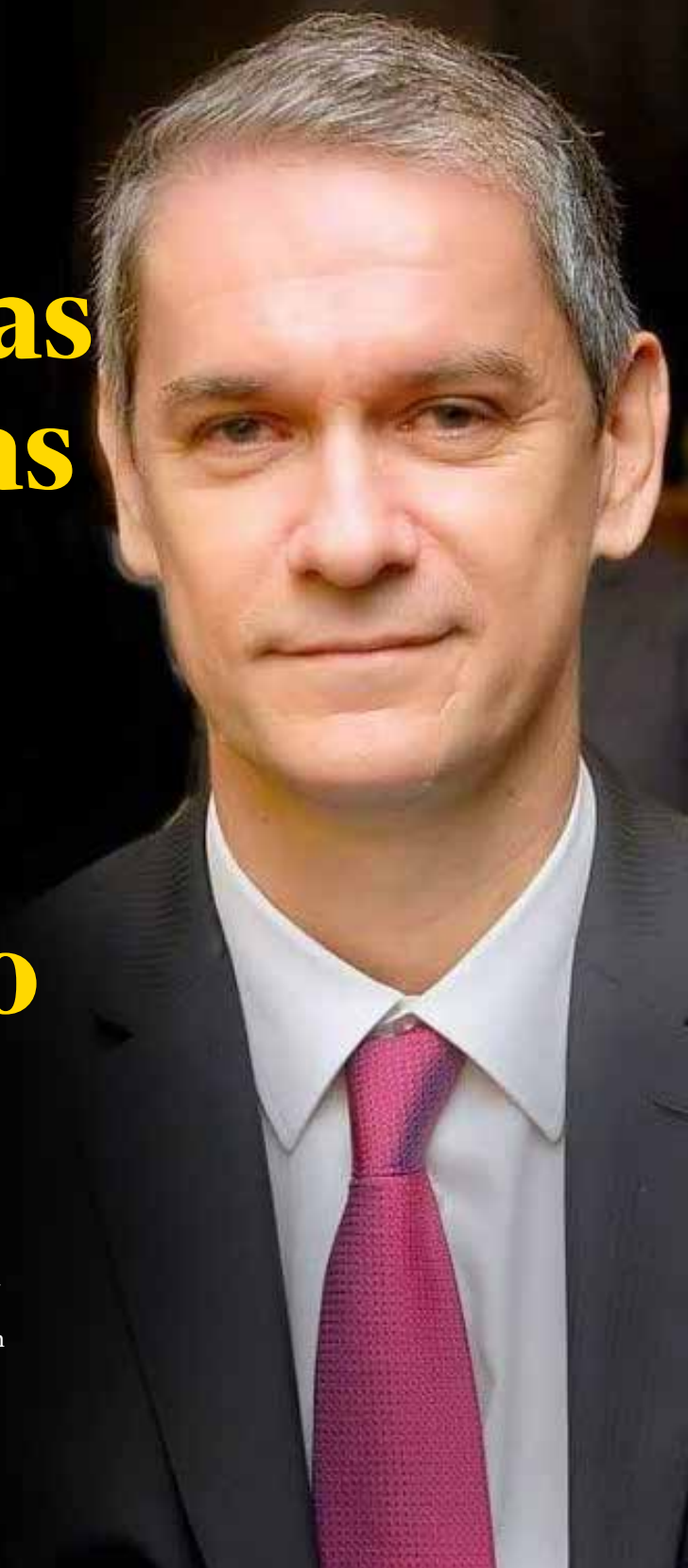
27 de Abril 2020  
Segunda-feira  
Semanário - Ano 5  
Nº 206  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



CLÉBER CORREIA, EMPRESÁRIO

# “As reservas obrigatórias no BNA deviam financiar a habitação social”

**ENTREVISTA.** As medidas do Governo são poucas para aliviar o impacto da falta de liquidez no mercado. Eis o diagnóstico nu e cru do empresário brasileiro radicado em Angola e que co-fundou a Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola. Mas Cléber Correia tem também soluções para propor ao Governo, uma das quais passa pela aplicação à economia das reservas obrigatórias junto do BNA, através de créditos bonificados. **Págs. 4 a 5**



## Internacionalização da TCUL adiada **Pág. 10**



### OPINIÃO

Miguel Cardoso

## Combate à criminalidade financeira **Pág. 18**

PREÇO DO MERCADO ABAIXO DA REFERÊNCIA

## Revisão do OGE em ‘xeque’

As Finanças podem ser obrigadas a recuar no preço de referência para a revisão do OGE deste ano. O departamento liderado por Vera Daves apontou que o preço fiscal inscrito no Orçamento vai recuar dos 55 para os 35 dólares, mas a oscilação do barril na casa dos 20 dólares pode alterar os planos. **Pág. 6**



CÁLCULOS DO CEIC

## Covid-19 custa 4,8 mil milhões USD

**ANÁLISE.** Tomando como base a economia portuguesa em que cada mês de confinamento equivale a uma perda de 4,5% do PIB, o director do CEIC calcula que, no caso angolano, as restrições à actividade económica custem 4,8 mil milhões de dólares. Alves da Rocha também não aceita a afirmação do Governo de que “já fez tudo o que pôde”, para contrariar os efeitos da agravada crise. **Pág. 7**

# INCERTEZAS DO PETRÓLEO E DO VÍRUS

1 Por enquanto tudo gira em torno de incertezas. O Ministério das Finanças prepara-se para apresentar o Orçamento Geral do Estado revisto, mas o mais provável é que tenha de recuar na referência de 35 dólares que apontou inicialmente para o novo preço fiscal. É que, mesmo tomando os 40 dólares que o Fundo Monetário Internacional estima para o preço médio por barril a partir do próximo trimestre, os 35 dólares continuariam a ser uma referência imprudentemente optimista. Até porque as previsões do FMI não deixam de estar atreladas a cautelas. Além da fatura dos principais consumidores mundiais que se aproveitam dos preços baixíssimos para esgotar a capacidade de reservas, colocam-se muitas dúvidas sobre a evolução da própria crise sanitária no futuro imediato.

Uma tendência expressiva e consistente no recuo de novas infecções implicará alívios mais acentuados nas restrições à actividade económica mundial, o que favorecerá necessariamente a recuperação do preço do petróleo para os níveis que o FMI prevê. O contrário, a persistência da pandemia em números acentuados, deitará por terra não só as previsões de uma recuperação paulatina do preço, mas também os entendimentos que os países produtores de petróleo conseguiram alcançar, em termos de cortes na produção.



E é preciso lembrar que a hipótese de uma evolução ainda mais desfavorável da pandemia não é propriamente descartável para vários especialistas, incluindo para a Organização Mundial da Saúde que vai alertando, persistentemente, que o novo coronavírus veio para durar.

Há, por isso, um recado que volta a ser recordado para o Governo: a planificação financeira deve sempre ser assumida com pressupostos realistas. A preocupação de inscrever no Orçamento previsões que dão respaldo à estratégia de consolidação orçamental, apenas para encher o olho e embelezar a narrativa oficial, deve ser abandonada. Porque a realidade,

invariavelmente cheia de surpresas, acaba sempre por se impor como soberana.

2 As decisões contraditórias na gestão da crise sanitária explicam o que ainda não sabe sobre a pandemia da covid-19. É o que se passa um pouco por todo o mundo e Angola não é excepção à regra. Nas três etapas já decretadas do estado de emergência, as restrições à actividade económica e social foram sendo desagravadas à medida que os casos confirmados de infecções aumentavam. É um paradoxo com

uma explicação aceitável: em certa medida, as autoridades sanitárias começaram a gerir a crise a meio de uma ignorância generalizada. A solução passou por endurecer primeiro para desagravar depois, consoante se foi sabendo mais do comportamento do vírus. É por isso que o Ministério da Saúde começou, por exemplo, por desincentivar o uso das máscaras particularmente por pessoas não infectadas e agora afirma que as máscaras são imprescindíveis. É compreensível, mas é também lamentável que não haja humildade suficiente para se reconhecer isso, que não se sabia. Ao invés disso, muitos preferem mesmo brincar aos heróis.



## FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Redacção:** Antunes Zongo, Guilherme Francisco, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Raimundo Ngunza e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa

**Secretária de redacção:** Rosa Ngola  
**Paginação:** Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló  
**Colaboradores:** Cândido Mendes e Mário Paiva  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:**  
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e

Nelson Manuel  
**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes  
**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82  
**Endereço:** Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



**JOSÉ AUGUSTO JUNÇA,**  
Director da Tura

**O que acha do estudo feito pelo Ministério dos Transportes que prevê que perto de 98 mil trabalhadores do sector vão perder os empregos por causa do impacto da covid-19?**

Se isso acontecer, vai ser terrível. Muito, muito mau e até drástico. Mas não me posso pronunciar por não conhecer o estudo.

**Acha que há alguma volta a dar a esta situação para a preservação dos postos de trabalho?**

Não acredito. Se houvesse maneira de financiar os trabalhadores, seria feito. Mas não é possível. O país não tem dinheiro. As reservas foram todas sugadas. Será extremamente difícil. Não vejo, a curto prazo, caminho para preservar esses postos de trabalho.

**E na empresa que dirige, a Tura?**

Na Tura, estamos parados por causa da greve. A greve ainda não foi suspensa. De momento, não temos mais nada a dizer. Mas, com a pandemia, todas as empresas estão muito mal.

TERÇA - FEIRA

O Governo decide suspender todos os contratos cuja fonte de financiamento não se encontre assegurada, na sequência da pandemia da covid-19, excepto os dos sectores da saúde, educação, acção social, abastecimento logístico e de saneamento básico. A informação é avançada em nota de imprensa pelo Ministério das Finanças.

QUARTA - FEIRA

Setenta barras de sabão ecológico são produzidas diariamente pela Associação Eco-Sabão com o apoio do gabinete do Ambiente e Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários do Bié. O produto será destinado aos lares de idosos e orfanatos para ajudar na prevenção da covid-19.

QUINTA - FEIRA

A Assembleia Nacional aprova, por unanimidade, o projecto de resolução relativo à nova prorrogação do estado de emergência, por mais 15 dias, devido à covid-19, solicitada pelo Presidente da República.



SEXTA - FEIRA

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, declara que, se os próximos 15 dias de estado de emergência em Angola forem "um sucesso", haverá condições para prosseguir com o aligeiramento das medidas.



SÁBADO

O secretário-geral da ONU, António Guterres, felicita o ministro das Relações Exteriores de Angola, Tete António, pelo novo cargo, reiterando o apoio das Nações Unidas aos "esforços" do Governo no sentido de "promover o bem-estar do povo".



DOMINGO

Angola recebe, no Porto de Luanda, 1.167 cabeças de gado bovino, provenientes da República do Chade, um projecto do Governo que visa relançar o sector pecuário do planalto, na região de Camabatela.



**SEGUNDA-FEIRA** A economia regista, em 2019, o quarto ano seguido de contracção, assinalando uma recessão de 0,9% do Produto Interno Bruto, de acordo com os dados preliminares do Instituto Nacional de Estatística.



## COTAÇÃO



### MERCADOS EUROPEUS ARRANCAM COM SINAL POSITIVO...

Os principais índices europeus iniciaram a semana em alta. O FTSEurofirst 300 fechou em alta de 1,82%. Em Londres, o índice Financial Times subiu 1,64%, enquanto em Frankfurt, o índice DAX subiu 3,13%. Em Paris, o índice CAC-40 ganhou 2,55% e o índice Ftse/Mib, em Milan, valorizou-se 3,09%. Em Madri, o índice Ibex-35 registrou alta de 1,78%, enquanto o português PSI20 valorizou-se 0,59%.



### ...COM AJUDA DAS ACÇÕES DA LUFTHANSA E AIR FRANCE

Para o saldo positivo dos mercados europeus concorreram, entre outras, as acções das companhias aéreas Lufthansa e Air France KLM que subiram, respectivamente, 10,5%, e 0,9%. Face a indecisão sobre o futuro de muitas companhias devido ao impacto da Covid-19, estas companhias beneficiaram da decisão dos respectivos governos. O ministro dos Transportes da Alemanha manifestou-se favorável à protecção Lufthansa, enquanto a Air France KLM beneficiou de um pacote de 7 mil milhões de euros.

# Entrevista

CLÉBER CORREIA, EMPRESÁRIO

## “As empresas precisam de empréstimos sem custos para continuarem abertas”

Empresário não tem dúvidas de que as medidas do Governo que visam contrariar os efeitos do agravamento da crise são poucas para aliviar o impacto da falta de liquidez. E apresenta propostas que podem melhorar a economia no geral e sectores específicos com destaque para o imobiliário. Por exemplo, o uso de parte das reservas obrigatórias dos bancos junto do BNA, para financiar a habitação social.

Por Isabel Dinis

**C**omo avalia a prorrogação do estado de emergência com algum alívio nas restrições à acti-

vidade económica?

É uma medida acertada. Essa doença exige cautelas na exposição da população, uma vez que não existe ainda vacina, nem tratamento comprovado das causas.

**Como perspectiva o regresso ao que será o ‘novo normal’ económico, quando se projecta a quinta recessão consecutiva?**

A nossa realidade não será mais a mesma, tanto da economia como dos costumes na sociedade. Teremos um aumento maior de desempregados, menor liquidez na economia e as empresas que ainda restarem vão precisar de se adaptar.

**O Governo aprovou medidas que considera de alívio económico. Como tem sido a recepção dessas medidas e ntre a classe empresarial?**

As medidas do Governo são poucas para aliviar o impacto da falta de liquidez no mercado. As

*O grande ganho do Governo precisa ser no aumento da base que paga impostos e não na do custo alto dos impostos.*

empresas precisam de empréstimos sem custos para continuarem abertas.

**Está a dizer que as medidas não terão o impacto necessário?**

São medidas amenas, não impactarão tanto nas empresas.

**O alívio fiscal, por exemplo, poderia ser mais ousado?**

O alívio fiscal já era necessário antes da pandemia. O empresário, quando paga menos impostos, investe essa economia numa maior produção da sua empresa. O grande ganho do Governo pre-



Mário Mujetes © VE

cisa de ser no aumento da base que paga impostos e não no alto custo dos impostos. Os impostos só têm aumentado, numa economia que não reage, que é apática.

**Na proposta inicial, havia uma linha de liquidez para pagamentos de salários de Abril. Muito aplaudida pelos empresários, esta medida, no entanto, não consta do documento final. Como as empresas estão a lidar com o pagamento deste mês sem essa ajuda?**

Se você não tem, você não paga, é simples assim.

**O alvará e o registo estatístico vão deixar de ser exigidos na constituição de empresas para determinados sectores. É uma medida acertada?**

Costumo dizer que a incubadora da corrupção é a burocracia. Se quer corrupção, tenha bastante burocracia. Recentemente, tivemos a visita de três funcionários do Estado, cada um de um departamento, para renovarmos o nosso alvará de uma empresa que já tem 14 anos. A renovação demorou 45 dias a partir do pedido. No Estado, as teorias são óptimas, mas a prática deixa muito a desejar.

**Havia a possibilidade de se aliviar mais a burocracia?**

Uma empresa que é objecto de uma fiscalização tem de atender a 21 itens. Precisa de dizer mais?

**Que medidas adicionais é que podem ainda ser tomadas para se facilitar o investimento?**

O financiamento das actividades a baixo custo, menor cobrança de impostos, remuneração melhor dos funcionários públicos para a diminuição da corrupção, menor exigência de documentos autenticados, reconhecimentos e assim por diante.

“*A nossa realidade não será mais a mesma, tanto da economia como dos costumes na sociedade.*”

**O Governo levantou como uma das bandeiras a melhoria de Angola no ‘Doing Business’. Está no bom caminho? O que ainda falta fazer?**

O ‘Doing Business’ exige transparência nos negócios, nos empresários e nas empresas. Encaminhámos ao GTE (Grupo Técnico Empresarial), enquanto membros da Apima, duas propostas, entre várias que, entendemos, podem ajudar na melhoria do ‘Doing Business’ e do andamento da economia. Começando pelos pequenos créditos, uma das coisas que atrapalha o alargamento do crédito em Angola é a dificuldade de análise da capacidade financeira e dos antecedentes do tomador do crédito. A microeconomia é responsável por grande parte da movimentação financeira de uma sociedade. Então como o histórico e os antecedentes de um pequeno tomador de crédito podem ser avaliados? Através de um serviço que é de natureza privada, mas que pode ter a participação dos bancos em seu capital social. No caso da análise de crédito para todo e qualquer consumo a crédito, esse serviço é feito e vendido aos bancos e comércio em geral, por empresas privadas que vão criando um histórico das compras a crédito que o indivíduo vai fazendo. Quando ele incumpe um pagamento, o seu nome é negativado pela instituição que deu o crédito. A partir daí, a sua vida financeira fica mais difícil, até que regularize esse compromisso. Veja-se as empresas ‘Experian’, ‘Transunion’ e outras. Segundo estudos, esse serviço implantado em Angola dobraria o PIB em cinco anos, pois ampliaria o crédito.

**E o que falta para a implementação?**

Propusemos, desde 2018, ao Ministério da Justiça e agora ao GTE que fosse disponibilizado o serviço de informação de distribuição de acções cíveis, tributárias e trabalhistas de pessoas singulares e colectivas. Assim, qualquer pessoa ou empresa, nacional ou estrangeira, que fosse fazer negócio com outra, teria como aferir a situação sobretudo económica, podendo ter acesso às informações do histórico dessa pessoa singular ou colectiva.

O facto de haver uma acção distribuída, por exemplo de cobrança,



contra uma empresa ou pessoa singular, não representa que essa entidade seja culpada, mas permite a quem for fazer negócio com essa entidade ter conhecimento de que existem um ou uns litígios para com aquela outra entidade. Isso, com o passar do tempo, faz as pessoas e empresas honrarem mais os seus compromissos. Acabam as arbitrariedades dos ‘intocáveis’ e traz transparência aos negócios.

**É possível prever que mercado imobiliário é que teremos no ‘pós-pandemia’?**

Toda a economia vai sofrer muito. O mercado imobiliário é um dos sectores mais sensíveis à caída e

retoma da economia. É um dos primeiros a sentir sempre. Desta vez vai sentir muito.

**Antes da pandemia, como classificava o mercado imobiliário?**

O mercado imobiliário já vinha a cair desde 2010. Se notarmos os valores dos negócios de 2010 para cá, veremos que, em termos de moeda estrangeira, os valores dos negócios só baixaram.

Por outro lado, devido à alteração do câmbio, os salários perderam muito poder de compra. Actualmente, são poucas as pessoas que conseguem ter um empréstimo habitacional para a compra de um imóvel, pois os salários não sofreram alterações.

rio activo, não existe economia pujante. É o mercado imobiliário que puxa toda a economia com ele.

**Acha que, de alguma forma, o combate à corrupção tem efeitos na retracção do imobiliário, especialmente nos grandes projectos?**

Não, o que tem afectado é a falta do poder de compra da população.

**E como vê o combate à corrupção?**

A nosso ver, todo o combate à corrupção é positivo, pois a corrupção mata as pessoas à medida que os projectos públicos são superfacturados e assim não sobra dinheiro para a educação e a saúde.

**Acredita que tem havido um significativo repatriamento de capitais?**

Como não temos informação do que foi repatriado, não podemos opinar.

**Com a crise e a pandemia, numa lista de prioridades de investimentos e de apoios do Estado, em que lugar colocaria o mercado imobiliário?**

Primeiro, na educação, depois na saúde, depois no imobiliário.

**E o da construção civil?**

A construção civil pode ser impulsionada por obras públicas, mas vemos um Estado sem dinheiro para contratar.

**Há medidas possíveis para se ‘salvar’ o mercado imobiliário?**

Sim. O uso de parte das reservas obrigatórias dos bancos junto do BNA, para financiar a habitação social. Esse dinheiro está lá parado, sem rendimento, portanto se fosse emprestado a 5% de custo, era um ganho para os bancos e uma vitória para a população, quando o custo do dinheiro nos bancos está 18%. Isenção de cobrança de imposto aos bancos, nos financiamentos de imóveis sociais. A cobrança de imposto industrial de 10% a empresas que fizessem imóveis sociais para venda e a agilização na aprovação de projectos de interesse social.

**Que futuro prevê para as agências imobiliárias?**

Já houve uma redução significativa, vai diminuir mais ainda e os informais farão cada vez mais negócios, não recolhendo assim impostos ao Estado.

*Costumo dizer que a incubadora da corrupção é a burocracia. Se quer corrupção, tenha bastante burocracia.*

*O mercado imobiliário é um dos sectores mais sensíveis à caída e retoma da economia. É um dos primeiros a sentir sempre.*

**PERFIL**

**Cléber Correia** é empresário brasileiro residente em Angola. É técnico em edificações. Director-geral da Proimoveis desde 2006. É membro fundador da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (Apima).

**Há uma retracção dos investidores na aquisição de grandes projectos imobiliários?**

Praticamente não há mais investidores interessados em investir no mercado imobiliário. E onde não existe um mercado imobiliário

# Economia/política

GOVERNO APONTOU 35 DÓLARES COMO NOVO PREÇO MÉDIO

## Referência do petróleo para OGE revisto em ‘xeque’



**ORÇAMENTO.** Ministério das Finanças vai apresentar, em Maio, proposta de revisão do OGE numa altura em que o preço do ‘ouro negro’ estará abaixo dos 35 dólares. Analistas afirmam que o Executivo não pode distribuir o que não tem e sugerem medidas para assegurar a estabilidade económica.

Por Júlio Gomes

A permanência do preço do petróleo significativamente abaixo dos 35 dólares, valor médio indicado para a revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE), motiva interrogações sobre se o Governo deve

manter ou reduzir esta referência.

O economista António Pedro acha que “o mais prudente é não utilizar valor superior a 25 dólares e a partir daí reestruturar esse diploma legal”.

Por sua vez, o economista Carlos Gomes, que não avança o valor ideal para a reestruturação orçamental, considera que o cenário actual torna difícil o exercício de revisão do OGE. “A revisão que se impõe do OGE a um preço estimado de 22 dólares será como que um exercício impossível, que imporá não um

### MEMORIZE

● O Ministério das Finanças em anunciou, em Março, uma nova estratégia de regularização da dívida, em que era previsto regularizar os passivos do Estado com os prestadores de serviço através da compensação com créditos em bancos públicos.

corte, mas a rearrumação desse instrumento de gestão financeira, na mesma proporção da redu-

ção da receita esperada, levando necessariamente à postergação de compromissos diversos, inclusive políticos, para próximos exercícios, pela magnitude de recursos que requerem a sua concretização ou realização”.

Para Carlos Gomes, “o endividamento externo está fora de hipótese”, sendo que “o país atingiu e ultrapassou toda a sua capacidade de endividamento”. Contudo, vê “uma hipotética janela” que seria “o recurso ao endividamento interno, por via de um sindicato de bancos, para a cobertura de encargos inadiáveis, como a defesa e segurança, alimentação, saúde, energia, água, os combustíveis e principalmente o estímulo à produção interna de fácil retorno. “Não se tratando de ‘capricho’ do Executivo, mas, antes, uma realidade

grotesca à escala planetária”, Carlos Gomes aponta que um “alinhamento de esforços concertados a nível continental como se aventa”, exigindo o perdão da dívida dos países africanos por parte dos parceiros bilaterais pelos efeitos da covid-19 na economia, é outro exercício que deve ser encorajado “com elevada serenidade e responsabilidade por todos nós, sem o acenar de bandeirinhas políticas, exigindo dinheiro que não existe no actual contexto de crise económica sem precedentes”.

“O Governo não pode distribuir o que não tem”, afirma Carlos Gomes, alertando, por isso, que “terá necessariamente de ajustar as suas obrigações internas e externas à realidade de crise global, que deixa poucas opções aos decisores, adoptando por medidas excepcionais”, para a garantia da estabilidade económica e social.

Gaspar Chipembe, outro economista, também não arrisca um valor de referência para um novo orçamento, mas argumenta que “o Governo terá de trabalhar no limite da despesa, priorizando o sector social fundamentalmente a saúde e a educação”, mas antevê severa crise económica. “A economia vai observar uma recessão com empresas a falir e a despedir pessoal”, precisa.

### GOVERNO EM LINHA COM FMI

No entanto, a referência de 35 dólares por barril previsto pelo Governo para o orçamento revisto coincide com o preço médio perspectivado pelo FMI para até ao final do ano. Depois de, em Janeiro, estimar que o preço médio seria de 58,03 dólares, este mês, o FMI reviu em baixa a previsão, fixando-o em 35 dólares. A instituição internacional estimou também que a economia global vai contrair 3%.

O PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO autorizou a contratação de empreitada para construção e fiscalização das infra-estruturas do Campus Universitário, do Edifício dos Serviços Sociais e do Edifício da Reitoria do Campus Universitário de Cabinda da Universidade 11 de Novembro.

ALVES DA ROCHA E AS MEDIDAS PARA DIMINUIR O IMPACTO DA COVID-19

# “Não é aceitável” o Governo dizer que já fez o que pode

**CRISE.** Director do Centro de Estudo e Investigação Científica (Ceic) da Universidade Católica estima que, no mínimo, o mês de confinamento tenha custado 4,8 mil milhões de dólares à economia angolana. E defende que o Governo deve abordar as instituições financeiras que reservaram fundos para o impacto da covid-19.

Por César Silveira

O economista Alves da Rocha considera “inaceitável” e “confrangedor” o discurso do Governo segundo o qual as medidas e soluções financeiras postas à disposição para fazer face ao impacto da pandemia da covid-19 na economia são as “que se podem ter”.

Para Alves da Rocha, “não são aceitáveis respostas que o Governo está a fazer o que pode”. E justifica-se com a existência de soluções ainda não exploradas pelas autoridades como são os pacotes de ajudas financeiras multilaterais. “Como toda a gente sabe, estão disponíveis pacotes de ajudas financeiras multilaterais, bilaterais e de outras fontes que estão à disposição de todos os países, em especial das economias africanas mais afectadas pela presente crise económica e pelo seu agravamento futuro devido à pandemia sanitária. Por isso, não são aceitáveis respostas que o Governo está a fazer o que pode”, insiste.

O economista, que sempre defendeu a necessidade de se definirem as prioridades antes de se avançar para mais endividamento, acrescenta ser “altura de se discutir com todas as instituições que reservaram fundos para estes propósitos, como o estão a fazer a África do Sul, o Uganda, a Nigéria, Moçambique, Ruanda, Quénia, Egipto, etc., etc.”.



Alves da Rocha, investigador do Ceic

# 4,8

Mil milhões de dólares, prejuízo estimado para a economia angolana pelo confinamento de um mês

## ÁFRICA DO SUL APROVA 26 MIL MILHÕES...

Convidado a comparar o pacote financeiro aprovado pela África do Sul, cerca de 26 mil milhões de dólares, e as disponibilidades em Angola, o economista considera que o pacote da África do Sul “acaba também por ser insu-

ficiente (cerca de 7,1% do seu PIB), mas, para todos os efeitos, muito superior ao que foi reservado pelos poderes oficiais para Angola”.

“Aplicando a percentagem sul-africana, estar-se-ia a falar de 7,4 mil milhões de dólares, que o Governo alega não ter, sendo confrangedor ouvir declarações de altos dirigentes do MPLA e do Executivo no sentido de que o que está posto à disposição é o que se pode ter, devendo todos nós agradecer de joelhos prostrados no chão tais benesses.”

Recentemente, depois da publicação das medidas transitórias contra o impacto da covid-19, fonte do Ministério das Finanças garantiu ao VALOR que o recurso às instituições financeiras multilaterais é uma forte possibili-

dade sobre a mesa do Governo, mas que só será accionada depois da revisão orçamental e desde que o corte nas despesas assim o determine.

## CONFINAMENTO CUSTA 4,8 MIL MILHÕES USD/MÊS

O período de um mês de confinamento em Angola custou à economia cerca de 4,8 mil milhões de dólares, segundo cálculos de Alves da Rocha, baseando-se na estimativa portuguesa, segundo a qual cada mês de confinamento custa à economia portuguesa 4,5% do seu PIB (em redor de 8,7 mil milhões de euros).

“Se aplicarmos, sem nenhum ajustamento, este valor à economia angolana, podemos estar a falar de perdas em redor de 4,8 mil milhões de dólares imputá-

veis apenas ao mês de confinamento que levamos desde que foi decretado o estado de emergência”, explicou, acrescentando que, em Angola, os “prejuízos são astronómicos”, se se adicionarem as perdas imputáveis à recessão (com crescimentos acentuados do desemprego...)

“No último trimestre de 2019, o INE apresentou uma recessão de 0,9% em variação homóloga, o que pode ter significado uma perda de PIB de 952 milhões de dólares. O desemprego, que significa perda de oportunidade de aumentar o PIB, estimado em 32%, segundo as estatísticas do INE, equivale a um desperdício de mais de 9,2 mil milhões”, calcula.

## O QUE IMPEDE ANGOLA FAZER RECURSO AO FMI

O FMI criou uma série de linhas de assistência para os países fazerem face à crise, tendo disponíveis soluções como Rapid Credit Facility (RCF), Rapid Financing Instrument (RFI) e o Establishment of the Short-term Liquidity Line (SLL). Há também extensão de alguns instrumentos de financiamento já existentes, bem como a aprovação de perdão de dívidas.

O CEIC, no seu relatório sobre o impacto económico e social da covid-19 em Angola, sublinha que, “até agora, o país não se pôs na linha para nenhuma destas facilidades ou porque não é elegível, ou porque a actual condição de austeridade não nos permite. Por exemplo, para ser elegível ao CCRT (que é o programa que dá o perdão da dívida), é preciso que o PIB per capita seja inferior a 1.175 dólares, ou que tenha uma população muito pequena (abaixo de 1,5 milhões)”.

# Economia/política

PARA PRIORIZAR PROGRAMAS DA SAÚDE

# Nações Unidas recomendam revisão do PDN

**ANÁLISE.** Finalização do cadastro da população para combater a pobreza e protecção das pessoas vulneráveis fazem parte dos conselhos. PNUD recomenda também medidas para proteger o mercado informal.

Por Isabel Dinis

**A**s Nações Unidas recomendaram ao Governo a revisão do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018/2022, conferindo prioridade aos programas de melhoria da saúde e de combate à pobreza.

Numa análise sintética sobre o impacto da pandemia da covid-19 em Angola, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) recomenda também a revisão de outros planos e programas do Governo e a aceleração dos que possam combater a pobreza e estimulem a formação profissional.

A agência da ONU lembra que a revisão da programação financeira deste ano pode ser uma “oportunidade” para garantir o alinhamento entre o PDN, o OGE e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, de forma a ter um impacto maior na promoção do emprego juvenil. É recomendado também ao Governo a procura do “alívio da dívida”,

através da cooperação internacional, de modo a garantir maiores recursos para o OGE.

A análise admite ainda a aceleração da já “débil” situação macrofiscal, propondo, como acções de mitigação dos impactos negativos, a adopção de medidas de segurança sanitária que possam garantir a continuidade das micro, pequenas e médias empresas e dos mercados informais, no sentido de se manter funcional a cadeia de abastecimento de alimentos. “Uma vez que três em cada quatro pessoas têm um emprego informal, as medidas de política precisam de atender claramente à subsistência desses trabalhadores informais que estão a ser fortemente atingidos pelas restrições impostas pelo Governo e pela crise”, sublinha a agência da ONU.

O PDN é um plano que tem por objectivo a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial do país, estando em curso o referente ao quinquénio 2018/2022. Para o período, perspectiva-se uma taxa de crescimento real da economia de 3%, expansão que seria suportada essencialmente pelo sector não-petrolífero que crescerá 5,1%,



Mário Mujetes © VE

ao contrário da retracção de 2% que se projectou para a economia do petróleo e gás.

## CADASTRO SOCIAL ÚNICO PARA FINALIZAR

A Organização das Nações Unidas recomenda ainda ao Governo a finalização do Cadastro Social Único, um instrumento que visa harmonizar os programas e projectos sociais e contribuir para a gestão dos benefícios atribuídos a pessoas e famílias em situação de pobreza. “Identificar e rapidamente

implementar iniciativas que visam aliviar os impactos negativos sobre os grupos mais vulneráveis que já estão em risco como desempregados e trabalhadores informais – em especial as mulheres”, lê-se no documento do PNUD.

O Cadastro Social Único foi criado pelo Governo como uma ferramenta de combate à pobreza. Concebida antes de 2017, a ideia ganhou corpo em Maio do ano passado, com a publicação do decreto presidencial que aprovava a criação deste instrumento.

## Cabo-Verde levanta Estado de Emergência

O presidente cabo-verdiano, Jorge Carlos Fonseca, anunciou o levantamento do Estado de Emergência nas seis ilhas sem casos confirmados de Covid-19, apesar de manter algumas medidas restritivas.

A decisão do presidente resulta da avaliação feita com o Governo e autoridades de saúde, nas ilhas do Maio, do Fogo, da Brava, de Santo Antão, de São Nicolau e do Sal. Nestas ilhas, sem casos confirmados de coronavírus, o “estado de excepção” terminou às 24 horas de domingo último.

Embora tenha levantado o Estado de Emergência, o Presidente da República recomenda o cumprimento das directivas e recomendações de algum distanciamento social, de higiene e segurança pessoal, que na perspectiva do chefe de Estado, afiguram-se como decisivas para que a regressão contínua da pandemia no país seja uma realidade.

No entanto, o Estado de Emergência continua nas restantes três ilhas habitadas, nas ilhas de Santiago, São Vicente e Boa Vista, sendo que combinadas, registam mais de 100 casos confirmados de coronavírus.

Ao todo, em África, segundo as estatísticas mais recentes, o número de mortes provocadas pela Covid-19 subiu para 1.423 nas últimas horas, com 31.933 casos da doença registados em 52 países. O número total de doentes recuperados subiu de 8.409 para 9.566.



A MELHOR  
PROMOÇÃO ESTÁ  
NA ZAP!

zap

COMPRE A  
**ZAP BOX HD**  
A **18.900 AKZ\***  
E GANHE 30 DIAS DO PACOTE MINI



CAMPANHA VÁLIDA DE 15 ABRIL A 15 MAIO  
SUJEITA AO STOCK EXISTENTE

APOIO AO CLIENTE:  
935 555 500 | [apoio.cliente@zap.co.ao](mailto:apoio.cliente@zap.co.ao)  
TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 AS 24:00

\*PREÇO VÁLIDO PARA TODAS AS PROVÍNCIAS EXCEPTO CABINDA.

SIGA-NOS EM:     + INFO EM: [www.zap.co.ao](http://www.zap.co.ao)

# Mercados & Negócios

Operadora aguarda pelo financiamento também para aquisição de peças sobressalentes



MINISTÉRIO NÃO DEU AVAL

## Internacionalização da TCUL em risco

**TRANSPORTES.** Operadora pública pretendia entrar nas rotas internacionais este ano, mas vê-se impedida por falta de recursos, situação agravada pela crise sanitária da covid-19.

Por Guilherme Francisco

Os planos da empresa pública de transportes colectivos que previam a abertura de rotas internacionais, este ano, com destaque para o Congo Democrático e a Namíbia, estão comprometidos, face ao silêncio do Ministério dos Transportes de quem depende a aprovação de um processo de crédito para financiar a operação.

Amélia Escórcio, responsável

do gabinete de comunicação institucional da TCUL, explica, ao VALOR, que o financiamento, previsto no plano estratégico, visa a aquisição de novos autocarros. Mas o aval do Ministério vai-se tornando cada vez mais remoto, face ao agravamento da crise económica, em resultado da pandemia da covid-19.

Com as dúvidas sobre a concretização do financiamento, ficam também ‘pendurados’ os planos para a aquisição de peças sobressalentes, que permitiriam repor em circulação vários autocarros há algum tempo avariados, o que contribuiria para o alargamento da frota e para a facturação da empresa que se

debate com dificuldades financeiras desde 2014.

Actualmente, a empresa opera em algumas zonas urbanas de Luanda e faz ligação entre a capital e Malanje, Uíge e Huambo. Com as restrições impostas pelo estado de emergência, devido à pandemia do novo coronavírus, a empresa contabiliza “gigantescos” prejuízos.

A transportadora está, no entanto, a aproveitar o levantamento da cerca sanitária nas restantes províncias, excepto Luanda, para continuar a operação, tendo enviado cerca de 20 autocarros a Malanje e Huambo, no sentido de fazerem ligação com as províncias vizinhas.

ESPECIALISTAS ANALISAM ATAQUES PHISHING

## Bancos angolanos com sistemas de segurança vulneráveis

Os ataques de phishing de que têm sido alvo vários clientes da banca comercial, com realce para os usuários do serviço internet banking, são consequência da falta de segurança do sistema bancário nacional, argumentam técnicos consultados pelo VALOR.

Marcelo Manuel, criminólogo e especialista em segurança, critica a maior atenção que os bancos dão à protecção das instalações e ao transporte de dinheiro, em detrimento da segurança das operações bancárias dos clientes, sobretudo no uso aplicativos informáticos “vulneráveis”, tornando-os “presas fáceis” dos hackers.

Apontando como evidência “a incapacidade” das instituições na recuperação dos valores saqueados, Marcelo Manuel nota a facilidade com que os bancos determinam os prejuízos decorrentes desse tipo de ataques como “casos perdidos”. Para este especialista em segurança, é possível travar e recuperar o dinheiro perdido através de ataque de phishing, sendo necessário, para o efeito, “investimentos fortes” em meios tecnológicos, capacitação de quadros ou, no limite, na contratação de hackers.

Outra falha cometida pelos bancos, segundo Inene dos Santos, engenheiro informático, consultor e mentor de negócios, é a ausência de comunicação e instrução, a partir do momento em que o cliente adere ao serviço, sobre como proceder na eventualidade de se deparar com um ataque. “Falta mais comunicação por parte do banco e mais atenção por parte dos clientes. Todavia, infelizmente, há muitas pessoas que só põem fechadura depois de serem roubadas, não pensam nem investem na prevenção”, lamenta.

Numa altura em que várias instituições alertam para o aumento do recurso ao internet banking, por força das restrições impostas pelo estado de emergência, “situação que propicia os ataques”, Marcelo Manuel reitera a necessidade de investimentos na segurança cibernética, aconselhando ainda outros procedimentos de segurança, como a renovação de credenciais e actualização de contas e de aplicativos bancários.

Inene dos Santos, por sua vez, aconselha os clientes a alterarem periodicamente os códigos de acesso e a evitarem a instalação de programas de origem duvidosa, já que podem permitir a um hacker ter o controlo do computador sem que o cliente se aperceba.

“Têm de evitar também seguir emails com informação duvidosa, devem reparar no endereço de correio electrónico enviado e verificar o endereço do link da página onde estão a ser encaminhados”, acrescenta. No mês passado, os bancos BFA, BAI e Millennium Atlântico deram conta de ataques de phishing na rede dos respectivos clientes. Os bancos alertaram os seus clientes para evitarem responder a mensagens de solicitação de dados pessoais e financeiros.

Segundo especialistas, nesse tipo de ataques, os hackers normalmente actuam de forma aleatória, enviando mensagens de texto e links a numerosos contactos, fazendo-se passar por determinado banco ou por pessoa próxima do alvo.

**JÁ TEMOS  
UM FUNDO  
DE GARANTIA  
DE DEPÓSITOS**

## **NO BANCO BIC, A PROTECÇÃO DO SEU DINHEIRO É GARANTIDA.**

O FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS GARANTE O REEMBOLSO DOS SEUS DEPÓSITOS BANCÁRIOS, ATÉ O LIMITE DE KZ 12.500.000,00 (DOZE MILHÕES E QUINHENTOS MIL KWANZAS).

**BANCO SEGURO, CLIENTES PROTEGIDOS.**

Saiba mais no Banco BIC ou em [www.fgd.ao](http://www.fgd.ao)

F.G.D. - Av. 4 de Fevereiro, nº 151 Luanda, Angola - Caixa Postal 1243 - Tel: 222 679 255



**FUNDO  
DE GARANTIA  
DE DEPÓSITOS**

  
**BNA**  
BANCO NACIONAL DE ANGOLA

  
**BancoBIC**  
Crescemos Juntos

  
LINHA DE ATENDIMENTO BIC  
+(244) 923 190 870  
Serviço disponível 24h  
[www.bancobic.ao](http://www.bancobic.ao)

# (In)formalizando

ALÉM DA ESPECULAÇÃO DE PREÇOS

## Taxistas encurtam rotas para contrariar queda na facturação



Taxistas agora podem trabalhar até as 18 horas

**TRANSPORTES.** Condutores de táxis acreditam ser os mais prejudicados com o estado de emergência e justificam as rotas curtas com as exigências dos patrões. Alto quadro do GPL avisa que prática é ilegal.

Por Antunes Zongo

Muitos taxistas estão a encurtar as vias e a aumentar os preços das corridas para contrariar a queda na procura, face às restrições impostas no quadro do

estado de emergência que vigora desde 27 de Março.

Ao VALOR, vários condutores de táxis defendem ser os “mais prejudicados” com as medidas adoptadas pelo Governo, justificando o encurtamento das vias e a especulação com alegadas exigências dos patrões, que insistem em receber um mínimo de 15 mil kwanzas por dia.

A tarifa oficial dos transportes

### MEMORIZE

● **A terceira fase do Estado de Emergência determina que os transportes coletivos podem transportar 50% da sua capacidade, contrariamente aos 30% das duas primeiras fases.**

de aluguer colectivo de passageiros, vulgarmente conhecidos como ‘candongueiros’, é de 150 kwanzas, no máximo. O valor foi fixado pelo Instituto de Preços e Concorrência (Iprec) do Ministério das Finanças (Minfin), tendo em conta a realidade do mercado.

Mas, contrários à determina-

para 600 kwanzas.

Bruno Samoco, taxista há mais de 10 anos, a operar na via Cuca-Viana, responsabiliza os patrões, sublinhando que os proprietários das viaturas não “querem entender” que o Governo não só reduziu o número de passageiros, como também limitou o horário da actividade. “Antes do estado de emergência, eu dava ao patrão 19 mil kwanzas/dia, e hoje, mesmo com a actual situação, ele quer que lhe consiga dar pelo menos 15 mil kwanzas. Mas isso não é possível, já que houve a redução na lotação (número de passageiros)”, observa Bruno Samoco, que não encontra alternativa senão a de encurtar a rota e especular o preço, ante a ameaça do patrão em estacionar a viatura, caso o valor pretendido não seja alcançado.

Valdano Matias, também taxista, apresenta o mesmo argumento e diz compreender os patrões que queiram estacionar as viaturas nos casos em que os motoristas “não consigam apresentar mais de 14 mil kwanzas” por dia.

Para Matias, as medidas do estado de emergência forçaram os taxistas a facturar apenas 10 mil kwanzas/dia, o que “é impraticável”, dados os custos sobretudo com os combustíveis.

Também ao VALOR, um alto quadro do Governo Provincial de Luanda (GPL), que preferiu o anonimato, avisa que as alternativas encontradas pelos taxistas “são ilegais” e enquadram-se na prática de “enriquecimento sem causa”. E acrescenta que a luta contra essas práticas não pode ser apenas do GPL, apelando às associações de defesa dos consumidores para apoiar o Estado contra “esses e outros males”.

### NOVAS REGRAS AUMENTAM LOTAÇÃO

Diferente da primeira e da segunda fases do estado de emergência, a terceira etapa, iniciada desde domingo, 26, aumenta de cinco para sete o número de passageiros nos táxis, o que eleva para 50% a capacidade de lotação. Entre outras, os novos ajustes permitem aos taxistas trabalhar até às 18 horas, ao contrário das medidas anteriores que limitavam a actividade até às 15 horas.

ção legal, os taxistas têm aumentado o preço da corrida sempre que entendam haver razões para isso. Em alguns casos, decidem em consenso com as autoridades ou unilateralmente subir a tarifa quando há aumento do preço dos combustíveis, mas há dias em que a tarifa dispara apenas por causa da chuva.

Por exemplo, em Luanda, no período anterior ao estado de emergência, para se deslocar do Cazenga para a zona do Quilómetro 30 e vice-versa, os utentes gastavam 300 kwanzas. Nos dias de hoje, essa corrida está a custar entre 500 e 600 kwanzas. Da mesma forma, do São Paulo ao Benfica, trajecto que custava 350 kwanzas subiu

# Taça Cheia



**96.1 fm**

Rádio Essencial

Todos os  
sábados,  
às 22:00,  
com  
**Sebastião  
Vemba**

# DEJURE

MINISTRA DAS FINANÇAS, VERA DAVES, ASSEGURA

## Proposta de lei pretende “modernizar e ajustar sistema tributário”

**IMPOSTOS.** No diploma sobre o Código de Rendimento de Trabalho, Governo pretende aumentar o linear de isenção dos rendimentos mais baixos para gerar maior disponibilidade financeira e maior poder de compra das famílias.



À luz da Constituição, as questões de matéria fiscal, em termos de produção legislativa, são competência absoluta da Assembleia Nacional.

Mário Nijettes © VE

Por Redação

As propostas de Lei de alteração aos códigos Geral Tributário, de Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT) e de Imposto Industrial foram aprovados, na generalidade, e, segundo a ministra das Finanças, “inserem-se numa estratégia mais ampla de modernização e ajustamento do sistema tributário do país”.

Após a votação das propostas, que serão agora objecto de discus-

são nas comissões especializadas da Assembleia Nacional, Vera Daves esclareceu que a aprovação desses diplomas visa, fundamentalmente, nivelar a carga fiscal dos contribuintes face ao contexto socioeconómico do país, racionalizar a política tributária, com base num esforço partilhado entre o Estado, famílias e os contribuintes, com vista à melhoria do ambiente de negócios. Na Proposta do Código de Rendimento de Trabalho (IRT), o Governo pretende aumentar o linear de isenção dos rendimentos mais baixos para gerar maior disponibilidade financeira e maior poder de compra das famílias.

O Executivo ambiciona, igualmente, manter inalterada a carga

fiscal sobre o rendimento dos escalões intermédios e incluir progressividade nos rendimentos mais elevados, sendo que, no entanto, o diploma não altera os grupos de tributação dos contribuintes de IRT, conservando os três actuais, nomeadamente A, B e C.

Por exemplo, no grupo A, são tributados os trabalhadores por conta de outrem, ao passo que os trabalhadores por conta própria, profissionais liberais e órgãos sociais das empresas fazem parte do grupo B.

Já às pessoas singulares que praticem o conjunto de actividades constantes da Tabela dos Lucros Mínimos, que agora é parte do Código do IRT, são aplicadas as

regras do grupo C.

Na proposta de Lei do Código Geral Tributário, o Governo propõe, como alteração, a dilatação dos prazos do procedimento tributário, saindo de 15 para 30 dias, e de 45 para 50 dias, quer para os contribuintes, quer para a Administração Geral Tributária (AGT).

Quanto ao Imposto Industrial, é proposta a eliminação dos grupos de tributação “A” e “B” e a criação de dois regimes, nomeadamente um geral e outro simplificado alinhado às regras do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Nesse documento, é também proposto o aumento do valor das amortizações de viaturas para 20 milhões de kwanzas.

ASSEMBLEIA NACIONAL

## Aprovada lei autárquica

Os deputados à Assembleia Nacional aprovaram esta segunda-feira, na generalidade e por unanimidade, a Proposta de Lei que aprova o Estatuto dos Titulares dos Órgãos Autárquicos.

O ministro da Administração do Território, Marcy Lopes, ao apresentar o diploma, afirmou que o exercício de funções a nível da autarquia local constitui uma tarefa marcadamente exigente e de muita responsabilidade, implicando, por isso, que se atribua às pessoas que as exercem direitos e deveres, de modo a assegurar um bom exercício.

Em relação à remuneração dos membros das Assembleias Municipais, o governante explicou que a proposta tem que ver com a sustentabilidade das contas públicas e no actual quadro seria um encargo muito oneroso pagar salários a todos esses membros.

Defende a necessidade de haver uma contenção na previsão deste tipo de direitos, uma vez que estes membros não são sujeitos ao princípio da exclusividade laboral, como o presidente e o vice-presidente das autarquias locais.

“São pessoas que, não obstante a sua qualidade de membros da Assembleia Municipal, exercem outras actividades remuneradas. É nessa conformidade que a lei exclui o seu âmbito de aplicação de remuneração estas pessoas”, explicou.

Na presente proposta, procura-se assim condensar os principais direitos (com maior incidência para aqueles de natureza patrimonial), bem como os deveres a que os “autarcas” ficam adstritos por força do exercício das respectivas funções.

NOVA LEGISLAÇÃO

# Proibida vigilância com base em motivos políticos



**A** nova lei da Identificação/Localização Celular e da Vigilância Electrónica (Lei 11/20) proíbe a identificação ou localização celular e da vigilância electrónica quando for para ser executada com fundamento em motivação discriminatória, em razão de convicção política, ideológica, religiosa, segregação étnica ou social.

De acordo com a legislação, não é permitido fazer recurso a esses mecanismos quando não recair sobre o suspeito, arguido, pessoa que sirva de intermediário ou relativamente à qual haja fundadas razões para crer que comunica com o suspeito ou arguido. A lei, publicada a 23 de Abril, aplica-se à realização da actividade de identificação

ou localização celular de pessoas e de vigilância electrónica de pessoas, bens e locais públicos ou privados, condicionados ou de acesso vedado, por meios electrónicos. A tarefa é realizada pelos órgãos da Polícia Criminal, exclusivamente ou em colaboração com os demais órgãos da segurança e ordem públicas, órgãos de Defesa Nacional e órgãos de Segurança do Estado.

A identificação ou localização celular e da vigilância electrónica visam a prevenção e repressão criminal, localização de sinal celular, de aparelho titulado ou em posse presumida de pessoa desaparecida ou em parte incerta, quer seja vítima ou agente de crime.

Destina-se, igualmente, à recolha e ao tratamento de sons, de imagens ou de outros tipos de dados captados através de equipamentos de áudio video-

vigilância, vigilância, vigilância telemática e telefónica relativas a pessoas, bens, locais e ambientes cibernéticos.

A lei visa, ainda, a obtenção de dados ou de informações relevantes à investigação criminal sobre agentes de crimes, através da vigilância ou das vítimas e a protecção de pessoas e bens.

De acordo com a lei, a admissibilidade da identificação ou localização celular e da vigilância electrónica depende da existência de facto que indicia ou constitui crime, bem como de razões fundamentadas sobre a prática eminente de crime.

A Lei da Identificação ou localização celular e da vigilância electrónica aplica-se, transitoriamente, à prevenção e repressão de crimes abrangidos pela jurisdição penal militar, enquanto não for aprovado um regime próprio.

**TRANSCOOP**  
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO  
PERSONALIZADO COM  
CONFORTO E  
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO  
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



## Produtores de petróleo: como sobreviver ao pesadelo?



**REAJUSTE.** Servem para muitas outras empresas os conselhos de sobrevivência para a tempestade que grassa no multibilionário mundo da produção petrolífera, graças a uma conjuntura volátil de guerra comercial entre colossos (Arábia Saudita e a Rússia) e a uma baixa de procura sem precedentes graças à pandemia Covid19. Aconselham sobretudo ao modo de sobrevivência e equilíbrio entre o desinvestimento e a preparação para dias melhores que, na indústria petrolífera, já não se esperam este ano.

### **Prioridade à liquidez**

No imediato é preciso manter a empresa à superfície e em modo de sobrevivência. Isto significa em primeiro plano suspensão de investimentos de capital intensivo e foco na liquidez e no capital de giro. Porque os investimentos petrolíferos são geralmente fortemente financiados a gestão de créditos junto de credores é essencial e os contactos neste sentido devem começar mais cedo do que tarde, jogando na antecipação de vencimentos e nas possíveis e vantajosas reestruturações de dívidas.

### **Digitalização e cortes de pessoal e eficiência**

A ineficiência tem um custo mais elevado em cadeias de produção complexas com diferentes áreas convergentes como é o caso das petrolíferas. O uso da tecnologia é instrumental para descobrir custos e consumos de tempo desnecessários bem como para planificação e gestão de agendas comerciais, de manutenção e de obrigações. E esta é sem dúvida uma altura de consolidação e transformação de custos fixos em custos variáveis com recurso a outsourcing e a redução de pessoal não essencial.

### **Tirar partido da volatilidade**

Os preços baixos criam em primeira instância um sub-mercado com oportunidades de revenda de mercadorias que perdem valor para as empresas com capacidade de stokagem e de reconhecimento de clientes não convencionais com margens muitas vezes marginais, mas que criam alguma liquidez imediata. Outro possível mercado é a disponibilização de know-how específico a produtores ou consumidores com menos capacidades desenvolvidas e acostumados a outsourcing nestes sectores porque serão dos primeiros a sofrer cortes a nível de contratos e deixando um vazio que a sua empresa pode preencher.

### **Capitalizar a renegociação de contratos**

Os terremotos dos mercados dão geralmente azo a novos players e a oportunidades com novos horizontes para os que conseguem sobreviver ao caos. Faça o trabalho de reconhecimento do mercado e de antecipar o posicionamento dos concorrentes e a capacidade de resposta de uns e outros. Segundo os especialistas os contratos de fornecimento de gás já estão a ser reestruturados. Para estes e para os restantes uma boa estratégia nesta fase é a de ataque.



# COMMUNICÉ ESPECIAL NOS DONS DE HOJER

96.1 fm



# Opiniões

## Da Covid-19, economia informal até ao subsídio de desemprego



Miguel Cardoso

**A**s pessoas mais necessitadas procuram formas para resolver os problemas que enfrentam e, como escape, encontram a informalidade como garante à sua subsistência.

Para falar sobre a economia informal, é importante passarmos por vários conceitos brindados por alguns estudiosos:

*Cacciamali* define economia informal como o conjunto das actividades e práticas económicas ilegais e/ou ilícitas, relativamente às normas e regras instituídas numa sociedade, cujo termo também é conhecido como economia subterrânea, não registada, ou economia submersa; *Capul e Garnier* consideram que a economia informal inclui todas as actividades produtivas ilícitas e não declaradas, a fim de evitar retenções fiscais e sociais, bem como outras obrigações regulamentares; então a economia informal é ruim para um país que queira desenvolver-se. O que acontece na economia informal não nos serve para medir o desemprego, a força de trabalho, a renda, o consumo, em termos estatísticos, e medirmos, de forma geral, a performance da economia do país.

*Buehn e Schneider* abordam que o desemprego como a chave para o crescimento da economia informal, afectando negativamente a economia de um país.

Quando uma sociedade atinge altas taxas de desemprego gera

pobreza, bem como elevadas taxas de crescimento da população, factor que ocorre mais nas camadas pobres e que procuram refúgio na economia informal. Diminuir as taxas de natalidade de forma a conter o crescimento populacional, e que este esteja acima do crescimento económico, vindo a gerar mais pobreza. É tempo de resolver tal situação, porque ainda temos uma população estimada que ronda abaixo de 40 milhões de habitantes. Oportunidade implacável à nossa Nação.

O trabalho de cadastragem já devia ser feito há bastante, tendo uma base de dados da população. Algo tem de ser feito senão vamos matar o paciente com a cura. Temos de aprender com a covid-19, dar valor às pessoas, ter os nossos hospitais em condições, escolas, universidades, todos juntos, porque sozinhos não se consegue vencer. Se o mais desfavorecido estiver doente, todos estarão. Se não tratar do outro, então o coronavírus não o largará, não importa quem é.

O mal é de há muito tempo. É a economia informal, incentivada por um espírito de exclusão exacerbante de uns. Temos sim como acabar com a economia informal. Como? Dando emprego, controlado por uma base de dados fiável dos desempregados em situação economicamente activa, ou seja, daqueles que estejam na idade activa para trabalhar, independentemente da sua raça, sexo, grupo étnico, atribuindo um subsídio de desemprego, dêem o nome que quiserem. Em contrapartida, fechamos todas as estruturas que alimentam a economia informal, ainda que seja coercivamente. Temos aí uma oportunidade soberana para mudarmos de paradigma com relação à política de inclusão social, laboral e deixar de marginalizar um povo que vem a sofrer desde os primórdios da sua inde-



Mário Mujetes © VE

pendência. Haja vontade política.

É inadiável que o Governo se imbua desta vontade política para a tomada de decisão e legislação para a mudança da situação extremamente constrangedora. Sabemos que muitos que se encontram a exercer a actividade informal reclamam, no fundo, protecção que não encontram, o que os leva a sentir-se marginalizados aparentemente de maneira propositada por parte de uma classe que se acha superior. Daí, também a existência da economia informal, como escape.

Um elemento a realçar é a existência de uma parte considerável da actividade informal, alimentada pelo sector formal da economia, por meio de múltiplas formas e redes de subcontratação do trabalho, por exemplo, de algumas multinacionais. Estas formas prosperam em países pobres.

Apresentamos alguns dados estatísticos da população angolana, passando pela definição de popula-

ção activa que inclui todas as pessoas que se encontram na situação de empregados ou de desempregados, excluindo domésticos, reformados, jovens em idade escolar. O mercado informal absorve 60% da população activa. A taxa de emprego em Angola é de 31,8% o que equivale a 4,6 milhões de pessoas. Um em cada dois jovens com idade entre os 15 e os 24 anos está desempregado, ou seja 56,5%, o equivalente a 2,7 milhões de pessoas de um total de 4,8 milhões economicamente activa nesta faixa etária, conforme os dados do Inquérito sobre o Emprego em Angola (IEA). A percentagem de pessoas economicamente em actividades informais é de 72,6%, apresentando o valor mais elevado entre as pessoas com idades entre 25 e 64 anos.

*Todavia, os dados obtidos do Relatório do Global Entrepreneurship Monitor (GEM)* dizem que, face ao nível de desemprego em Angola, há a necessidade de novos empregos, destacando-se o empreendedorismo que atinge uma taxa considerável, o que demonstra a vontade destas pessoas em iniciarem uma actividade formal sem estimular o informal desde que haja uma política de controlo para esta passagem. Este Relatório diz que Angola se manteve entre 2018 e 2019 como o país mais empreendedor do mundo. A actividade praticada na economia informal é o que as micro e pequenas empresas fazem e, estando estas criadas, constituem fontes de receitas fiscais e criadoras de riqueza às famílias.

Havendo pouco investimento público por parte do Governo, naturalmente terá como resultado fracas políticas de fomento ao desenvolvimento social, até mesmo económico.

Citando o grande economista Keynes, “é da responsabilidade do Estado intervir na economia dos paí-

ses através de políticas fiscais e monetárias expansionistas para estimular a procura e aquecer a economia”. Isto melhora as condições gerais dos cidadãos.

Assim, o Estado pode tomar algumas medidas para combater a economia informal, tais como: (i) intervir no processo de regulação das actividades económicas, com base num conjunto de regras executáveis (*Castells e Portes*); (ii) avaliar o impacto das políticas de regulamentação do Estado e seu controlo; (iii) extinção dos mercados que fomentam ou estimulam a actividade informal; (iv) acções preventivas pela adopção de metodologias e procedimentos susceptíveis de facilitar a detenção de situações de incumprimento e evasão, de forma a melhorar a comunicação e o relacionamento entre o público e a máquina fiscal.

**Portanto, como conclusão, destacam-se as seguintes:**

- Eliminação de todas as actividades que estimulem a economia informal.
- Criação de modelos de legislação para o fomento de micro e pequenas empresas de forma simples, rápida e menos burocrática, sem cobrança de uma carga fiscal *ab initio*.
- Pagamento de um subsídio de desemprego em contrapartida a cessação da actividade informal obrigatoriamente, enquanto se estiver sem emprego ou a exercer uma actividade formal e não incentivando a economia informal.
- O Estado será obrigado a estimular a facilitação do processo de criação da MPE de forma a diminuir o custo pelo pagamento do subsídio de desemprego.

“É provável que a difusão tecnológica também acelere, não por causa das condições nos mercados internos, mas por causa da necessidade de competir nos mercados globais.”

# A agricultura depois da pandemia



**Wandile Siholobo**  
Economista-chefe  
da Câmara de  
Comércio Agrícola  
da África do Sul



Mário Mujetes © VE

Uma vez que a pandemia do COVID-19 força os países a fecharem as suas fronteiras, os respectivos sectores agrícolas enfrentam grandes desafios. Mesmo nos países onde existe pouca probabilidade de se depararem com uma insegurança alimentar – como os da Europa e da América do Norte – as propriedades agrícolas estão a enfrentar uma severa escassez de mão-de-obra, devido a novas barreiras que impedem a chegada de trabalhadores de baixo custo. E o impacto da interrupção no fornecimento de trabalhadores estimulará, provavelmente, mudanças permanentes no sector após o término da pandemia.

Os riscos inerentes à dependência de trabalhadores sazonais estrangeiros materializaram-se em vários países europeus, incluindo França, Alemanha, Itália e Países Baixos, que dependem de mão-de-obra da Europa do Leste. Entre o encerramento de fronteiras, o medo da doença e a quarentena, esses trabalhadores não estão a chegar para trabalhar nesta época e muitas culturas da Europa Ocidental estão a apodrecer nos campos.

Em algumas zonas dos EUA, os receios sobre a escassez de mão-de-obra agrícola aumentavam mesmo antes da crise da covid-19. Os norte-americanos não querem trabalhar nos campos, por isso os agricultores dependem em grande medida de migrantes sazonais pro-

*Depois de sofrer uma severa escassez de mão-de-obra devido à pandemia da covid-19 parece improvável que os agricultores de economia avançada voltem aos negócios como de costume. Em vez disso, muitos provavelmente tentarão mitigar os riscos decorrentes da dependência de trabalhadores sazonais estrangeiros, automatizando mais operações.*

venientes do México. Os participantes do programa de vistos H-2A – que abrange aqueles que foram contratados para preencher postos

de trabalho agrícola com duração inferior a um ano – incluem 10% de todos os trabalhadores agrícolas nos EUA.

No entanto, o custo e a complexidade do programa H-2A há muito que equivalem a uma barreira significativa para os trabalhadores migrantes. Com a pandemia covid-19, esse desafio foi agravado. Embora os funcionários consulares dos EUA possam agora dispensar a entrevista para a obtenção do visto aos que requerem pela primeira vez e aos que retornam ao trabalho, todo o processo que envolve o H-2A abrandou consideravelmente. Adicione-se a isso as novas sobrecargas em matéria de saúde e segurança para os empregadores, que devem manter os protocolos de distanciamento social não apenas no trabalho, mas também nas habitações e nos transportes que providenciam aos trabalhadores do H-2A e o resultado é uma produtividade agrícola que deve diminuir significativamente.

Após esta experiência, parece improvável que os agricultores regressem à actividade como faziam habitualmente. Em vez

disso, muitos provavelmente tentarão mitigar os riscos decorrentes da dependência de trabalhadores sazonais estrangeiros, automatizando mais as suas explorações agrícolas.

Não há dúvida de que a automatização requer um investimento inicial considerável e que alguns trabalhos (como colher frutas e legumes) são mais difíceis de automatizar do que outros. Mas tecnologias como ‘drones’, tractores autónomos, robôs para espalhar sementes e ceifeiras robotizadas implicam uma redução drástica na dependência dos agricultores da mão de obra dos migrantes.

Se os grandes produtores agrícolas de economias avançadas adoptarem estas medidas, os seus pares nos países em desenvolvimento poderão seguir o exemplo, mesmo em locais em que não haja escassez de mão-de-obra.

Por exemplo, a África do Sul tem uma grande oferta de trabalhadores não qualificados, muitas vezes desempregados, aptos para o trabalho agrícola, (enfrenta, contudo, uma escassez de mão-de-obra qualificada.)

Como toda a cadeia de abastecimento de alimentos, foi classificada como ‘essencial’ durante o isolamento por causa da covid-19, as actividades agrícolas continuaram ininterruptas. Mesmo antes da crise da covid-19, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 2012 da África do Sul tinha estabelecido a meta de aumentar o emprego na agricultura e no processamento agrícola em aproximadamente um milhão até 2030, inclusive através da promoção de subsectores que exijam uso intensivo de mão-de-obra e um aumento de terras agrícolas.

Até agora, esses esforços levaram à expansão de culturas, como citrinos, nozes de macadâmia, maçãs, uvas de mesa, abacates e

soja. O emprego na agricultura primária cresceu de 718 mil trabalhadores no último trimestre de 2012, para 885 mil no último trimestre de 2019 – um aumento de 23%.

Mas, após a pandemia, é provável que a difusão tecnológica também acelere, não por causa das condições nos mercados internos, mas por causa da necessidade de competir nos mercados globais com produtores de países avançados que adoptarem a automatização. De facto, o PND também visa aumentar o investimento agrícola na irrigação, aumentar a produtividade e expandir os mercados de exportação – todos os objectivos que podem permitir ou exigir uma maior automatização.

O mesmo vale para o aumento de terras agrícolas. A África do Sul tem muito espaço para fazê-lo, especialmente nas antigas pátrias e nas propriedades agrícolas da reforma agrária com desempenho abaixo do esperado. As províncias de KwaZulu-Natal, Cabo Oriental e Limpopo têm colectivamente entre 1,6 a 1,8 milhões de hectares de terras aráveis subutilizadas, de acordo com um estudo de 2015 realizado pelo McKinsey Global Institute. A automatização poderia ser incorporada no processo de desenvolvimento destas terras para a agricultura.

De forma mais ampla, durante a fase de recuperação pós-covid-19, os governantes e o sector industrial em todos os países que tenham um sector agrícola em larga escala terão de prestar muita atenção às tendências para a automatização. Quanto aos trabalhadores, embora os empregos agrícolas em países como a África do Sul provavelmente continuem a ser abundantes, aqueles que dependem de empregos sazonais nas economias avançadas devem preparar-se para ainda mais incertezas no futuro.

# Covid-19

SEGUNDO A PRIMEIRA-MINISTRA

## Nova Zelândia vence batalha contra covid-19

A primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, declarou que o país venceu a batalha contra a covid-19, uma vez que se têm registado poucos casos de infecções locais no país.

“Vencemos a batalha”, declarou Ardern a jornalistas em Wellington, acrescentando que está “optimista” que o país vai continuar no “caminho do sucesso”. Para isso, antecipou, a Nova Zelândia vai precisar de rastrear os casos mais recentes. “É como procurar uma agulha no palheiro”, comparou.

A Nova Zelândia tem sido internacionalmente elogiada pela forma como está a lidar com a pandemia, tendo registado, desde domingo último, um novo caso de infecção no seu território.

O país conta com 1.122 casos confirmados do novo coronavírus, número que inclui 19 mortes, enquanto a taxa de transmissão é inferior a 0,4%, em comparação à média internacional de 2,5%.

SEGUNDO A MINISTRA DA SAÚDE

## Uso de máscaras artesanais com luz Verde



A ministra da Saúde incentivou o uso de máscaras artesanais para a protecção do contágio pelo novo coronavírus, por serem de “fácil acesso, reutilizáveis e mais baratas”.

Sílvia Lutucuta declarou que não se deve “olhar só para as máscaras comerciais e indus-

triais”. “Nós podemos ter acesso a máscaras artesanais”, precisou a governante, acrescentando que já foram dadas orientações sobre a sua utilização e fabrico através do Ministério da Saúde. Angola tem 26 casos confirmados de infecção pelo novo coronavírus, com dois óbitos e seis recuperados.

DESDE O FECHO DAS FRONTEIRAS

## Angola já autorizou mais de 200 voos humanitários

O Governo já autorizou, desde o fecho das fronteiras por causa da covid-19, mais de 205 voos humanitários, mas sem previsão para reabrir a aviação comercial, referiu o ministro dos Transportes, Ricardo d' Abreu.

Em conferência de imprensa sobre a prorrogação do estado de emergência por mais 15 dias a partir de 26 de Abril, o ministro salientou que se manteve a cerca sanitária nacional, tal como acontece em muitos outros países e destinos, onde “as ligações internacionais estão vedadas”, não havendo previsões para retomar os voos comerciais. “Não temos previsão, quer pelas razões do nosso estado de emergência, quer pelo lado internacional”, indicou, sublinhando que os países de destino “têm as mesmas limitações”.

Ricardo de Abreu adiantou que têm sido autorizados voos humanitários que vêm buscar cidadãos estrangeiros para regressarem aos seus países de origem, bem como voos para transporte de mercadorias, através da angolana TAAG, que realiza dois voos por semana para buscar carga em Portugal, e de outras companhias aéreas.



RASTREAR SUSPEITOS

## Autoridades podem pedir registos de chamadas

As autoridades podem pedir junto dos operadores de telecomunicações o registo detalhado de chamadas e outros dados para rastreio de suspeitos ou com casos confirmados de covid-19, bem como dos seus contactos.

A medida consta do decreto presidencial que prorroga o estado de emergência em Angola por mais 15 dias. A nova fase traz algumas novidades, passando, por exemplo, a quarentena institucional a ser obrigatória para pessoas expostas à infecção ou pessoas provenientes do exterior estando sujeitos ao regime domiciliar.

A violação da quarentena domiciliária constitui crime de desobediência e dá lugar à quarentena institucional “podendo as autoridades competentes invadir o domicílio do infractor para a detenção em caso de resistência”.

MINISTRO BRITÂNICO

## Boris Johnson pede “paciência” aos britânicos

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, instou os cidadãos do Reino Unido a “conterem a impaciência”, ao defender a manutenção do confinamento em vigor para evitar uma segunda vaga de infecções da covid-19.

Johnson notou ser preciso “reconhecer o risco de um segundo pico, o risco de perder o controlo deste vírus e deixar que a taxa de contágio volte a subir. Porque isso significaria, não só uma nova vaga de mortes e doença, mas um desastre económico”, justificou.

O governante britânico falava à porta da residência oficial, em Downing Street, para onde regressou no domingo após duas semanas fora de Londres em convalescência pela infecção pelo novo coronavírus.

Boris Johnson voltou ao trabalho apenas dois dias após o país se ter tornado o quinto a ultrapassar a barreira das 20 mil mortes provocadas pela covid-19, depois dos EUA, Itália, Espanha e França.



**A COMPANHIA AMERICANA DE AVIAÇÃO,** American Arline, vai reforçar a medidas contra o coronavírus a partir de 1 de Maio, entre as quais o uso de máscara passa a ser obrigado para os comissários e passageiros.



SEGUNDO A FAO

## 17 milhões precisam de ajuda alimentar

Dezassete milhões de pessoas poderão vir a necessitar de ajuda alimentar na África Ocidental, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). A agência justifica a crise alimentar com os conflitos, admitindo que os números podem aumentar durante a época de escassez de alimentos (Junho/Agosto) se não for dada uma resposta rápida, como calcula Coumba Sow, coordenadora para a África Ocidental da equipa de resiliência da FAO.

A responsável manifestou-se “particularmente preocupada” com a crise humanitária no Sahel Central, região que inclui o Burquina Faso, o Mali e o Níger. “Cerca de quatro milhões de pessoas já estão a sofrer de fome severa e esse número poderá atingir 5,5 milhões em Agosto. No Burquina Faso, mais de dois milhões poderão estar numa situação de fome severa nessa altura, valor que triplicou em comparação ao ano passado”, contabilizou.



Mário Mujetes © VE

PETRÓLEO

## Capacidade de armazenamento esgotada

A capacidade de armazenamento de petróleo no mundo pode esgotar-se nas próximas semanas, caso se mantenha por mais tempo a pandemia da covid-19, afirmou o ministro dos Recursos Minerais e Petróleos, Diamantino de Azevedo. Segundo o ministro durante a discussão de projectos-leis do sector petrolífero, a capacidade actual oscila entre os 400 e os 600 milhões de barris. A previsão é que, este mês, se registre um excesso de oferta em cerca de 25 milhões de barris de petróleo, depois de a OPEP e parceiros

terem tomado a decisão de fazer cortes. “Estes cortes não são suficientes para trazer liquidez entre a procura e a oferta, facto que levou outros países não-membros da organização, como os Estados Unidos da América, o Canadá, a Noruega e o Brasil, a decidirem e comprometerem-se em fazer igualmente cortes no valor de cerca 9,4 milhões de barris”, observou. De acordo com Diamantino de Azevedo, mesmo com estes dois cortes não se terá o equilíbrio necessário para a recuperação do binómio oferta/procura.

NOVO CORONAVÍRUS

## Trump põe fim às conferências diárias

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump declarou que não vale a pena “perder tempo” em conferências de imprensa diárias, relativas à pandemia da covid-19, em que apenas são colocadas “questões hostis”.

“Qual é o objectivo de ter conferências de imprensa na Casa Branca quando a comunicação social não faz senão questões hostis e depois não relata a verdade e os factos com precisão?”, questionou Trump na sua conta do Twitter. “O povo americano não tem senão falsas notícias”, acrescentou.

O ‘tweet’ do presidente norte-americano surge dois dias depois de, numa conferência de imprensa, ter defendido que se devia investigar a possibilidade de se tratar a doença da covid-19 injectando desinfectante no corpo dos seres humanos. “Considero que o desinfectante o trata num minuto. Será possível haver uma injeção?”, questionou.

Depois da repercussão da sugestão, a Casa Branca esclareceu que o presidente foi mal interpretado e o próprio afirmou que se tinha expressado “de forma sarcástica”, terminando a conferência de imprensa ao fim de 20 minutos sem direito a questões pelos jornalistas.



# Marcas & Estilos



## O gosto da liberdade

Esta lâmpada LED da 2D é feita de uma fina folha de vidro acrílico, conhecida por suas propriedades de transmissão de luz, gravada a laser com linhas que sugerem tridimensionalidade.



## Artes saudáveis

A pasta Armada Duffle é inspirada na frota de vela espanhola do século XVI. Com a forma de um navio, esta resistente mochila vem completa com etiqueta de bagagem gratuita e uma base rígida para proteger o conteúdo em longas viagens.



## Uma tradição

Esta solução ecológica conserva todos os sucos naturais e o sabor apetitoso dos alimentos. Com esta peça da Deluxe, não há mais carnes queimadas nem será preciso microondas para descongelar. Tudo sem pré-aquecimento, sem baterias e sem electricidade.



### TURISMO

## Um pôr-do-sol deslumbrante

A cidade de Zadar, na Croácia, possui uma localização privilegiada na costa do mar Adriático. É encantadora e com ruínas romanas, igrejas medievais, excelentes museus e atracções modernas. O centro histórico fica numa península rodeada por muralhas venezianas. O Boutique Hostel Forum, no centro, tem e todas as acomodações com um design moderno. As refeições são acompanhadas com saladas e é bastante picante.



### AUTOMÓVEL

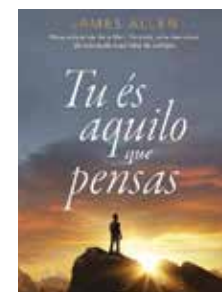
## Mania de potência

Assim como acontece em outras marcas, a gama da Hyundai é composta em grande parte por desportivos. E o Santa Fé não fica atrás, ostentando as maiores dimensões. De origem sul-coreana, o modelo mais recente pode ser encontrado em versão única de acabamento, com um motor 3.3 V6 a gasolina, de até 270 cavalos de potência, com mudança automático e tracção 4WD.

### LIVROS



'O Tatuador de Auschwitz', de Heather Morris, é uma história assombrosa do tatuador de Auschwitz e da mulher que conquistou o seu coração, um dos episódios mais extraordinários e inesquecíveis do Holocausto.



'Tu és aquilo que pensas', de James Allen, é uma das obras de auto-ajuda mais lidas de sempre e um guia para líderes, coaches e mestres mundiais do desenvolvimento pessoal.

### AGENDA

#### MUNDO

Fique em casa e desfrute de visitas a museus e de concertos virtuais

#### MUSEU DE ARTE DE S. PAULO

O MASP oferece uma viagem virtual sobre a sua colecção de arte moderna que parece flutuar no ar.

#### BRITISH MUSEUM

Viaje até ao coração de Londres sem sair de casa com um dos museus mais icónicos do mundo e descubra múmias egípcias e a Pedra Rosetta original

#### CONCERTOS NA OPERA METROPOLITANA DE NOVA IORQUE

Assista a um show de cultura impar no conforto da sua casa e brinde-se com o melhor da ópera mundial todos os dias



Mário Nijetes © VE

DEVIDO AO AUMENTO DA POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE

# Peritos alertam para preservação de biodiversidade

**OCEANOS.** Excesso de exploração, perda e degradação de habitats, poluição e impacto das alterações climáticas apontados como principais ameaças ao genoma oceânico.

Por Redação

Um grupo internacional de 150 investigadores alerta para a necessidade de preservação do genoma dos recursos marinhos oceânicos com potencial para aplicações biotecnológicas de interesse comercial, mas actualmente ameaçados.

“É importante, por um lado, preservar a biodiversidade que permite esta variedade genética,

mas, ao mesmo tempo, olhar para o oceano como tendo valor económico”, disse à Lusa Adelino Canário, investigador e director do Centro de Ciências do Mar (CCMAR) da Universidade do Algarve (UAlg).

Os especialistas apontam o excesso de exploração, a perda e degradação de habitats, a poluição e o impacto das alterações climáticas como algumas das ameaças ao genoma oceânico, que compreende os recursos genéticos presentes em toda a biodiversidade marinha e que os investigadores consideram ter um elevado potencial para aplicações biotecnológicas com interesse comercial.

“Do ponto de vista da biotecnologia é importante conhecer estes organismos e saber que substâncias produzem — uma informação que faz parte do seu genoma — das quais pode ser possível tirar algum valor, retirando alguns compostos e obter produtos úteis para a sociedade” adiantou.

Quando falam de genoma oceânico, os especialistas referem-se “a toda a vida do oceano, desde os micróbios às baleias. É basicamente o que está no ADN destes organismos que têm um valor enorme para a biodiversidade”, descreveu o investigador. A biodiversidade baseia-se “nas variações que existem ao nível do ADN”, sendo que as populações “variam entre elas porque têm diferenças no ADN” o que significa que “mais facilmente de adaptam às alterações ambientais”. Os peritos propõem a criação de áreas marinhas protegidas “que abranjam 30% dos oceanos” e um apoio para uma “maior equi-

## MEMORIZE

● Quando falam de genoma oceânico, os especialistas referem-se “a toda a vida do oceano, desde os micróbios às baleias. É basicamente o que está no ADN destes organismos que têm um valor enorme para a biodiversidade”.

dade na investigação e transferência de conhecimento de genómica”.

Paralelamente, defendem, é preciso garantir que as normas de propriedade intelectual “sustentam o equilíbrio e partilha de conhecimento” e assegurar uma “avaliação dos riscos e benefícios de novas tecnologias e práticas de biologia molecular aplicadas ao ambiente marinho”. Reivindicam, ainda, “um maior apoio financeiro e político para melhorar o conhecimento do genoma oceânico e a

sua partilha”. Os peritos defendem também que a conservação dos recursos é importante mas “não pode ser encarada apenas como um impedimento”, porque as áreas protegidas “permitem que haja um refúgio da biodiversidade”. E acrescentam que é possível a coexistência de actividades económicas na periferia das áreas protegidas, muitas vezes com uma “produtividade maior” do que aconteceria “se não houvesse essa protecção”.

O artigo agora publicado pelos peritos do High Level Panel (HLP) é parte integrante de um relatório com 19 capítulos, reunindo 150 investigadores a nível internacional que “analisa a questão do ponto de vista legal, biológico e económico”. Faz parte de uma série de 16 ‘Blue Papers’, que serão publicados até Junho de 2020 e que resumem as mais recentes inovações científicas sobre soluções oceânicas inovadoras nas áreas de tecnologia, política, governança e finanças.

## NÚMEROS DA SEMANA

98

Mil é o número de trabalhadores dos transportes público e privado que podem perder o emprego devido à covid-19, estimou o Ministério dos Transportes.

45

Mil milhões de dólares é o valor que o grupo argentino Arcor e a distribuidora Angolissar investiram numa fábrica de produtos de confeitaria, em Viana.

60%

É a proporção limite que as instituições de ensino podem cobrar do valor das propinas pelo mês de Abril, sendo que as escolas comparticipadas devem cobrar até 25%.

1000

Milhões são as perdas estimadas que os transportes registam por causa da covid-19. Os números foram apresentados pelo secretário de Estado dos Transportes, Carlos Borges, numa reunião com os intervenientes do sector.



## Contelmed investe telemedicina

A empresa Contelmed investiu mais de um milhão de dólares na criação de um projecto de telemedicina, visando o atendimento de pessoas que venham a desenvolver sintomas da Covid-19. Denominada 'Teledoutor Angola', a plataforma contém médicos que podem ser contactados por via do Whatsapp, instruídos a realizar assistência grátis aos pacientes, além de sigilosamente colaborarem com as autoridades em caso de os despistes da doença forem positivos.

Ao VALOR, Renata Barbosa, country manager da companhia, sublinha que, apesar de a empresa ser angolana, a plataforma foi primeiramente experimentada em Portugal e Brasil, tendo garantido que a aposta financeira na encriptação de comunicações torna o projecto mais seguro em relação a muitos programas de telemedicina que existem.

"Investimos muito em desenvolvimento tecnológico para criar condições seguras adaptadas às necessidades dos utilizadores", conta Renata Barbosa, para quem não basta fazer-se recurso ao Whatsapp, a Zoom ou outra plataforma para realizar vídeoconsultas, sendo que é necessário, destaca a mesma, que a actividade obedeça às regras de sigilo, ética, privacidade de dados e segurança informática. "Ninguém gosta de saber que os seus dados clínicos circulam de forma livre na Internet ou, como tem sido noticiado por todo o mundo, que uma consulta pode estar a ser observada por um pirata informático capaz de gravá-la e disponibilizar posteriormente num site aos olhos de qualquer um. Portanto, investimos para que isso não ocorra com os nossos pacientes", assegura a responsável da companhia.

Embora a plataforma tenha sido desenvolvida para apoiar o Governo face à necessidade de despistes rápidos da pandemia Covid-19, o projecto poderá, nos próximos meses, com base nalguma remuneração, estar também à disposição das clínicas e outros estabelecimentos de saúde para a realização de diferentes consultas e assistências médicas. Renata Barbosa tem o mercado segurador como o principal consumidor de seu produto, e estima recuperar o montante investido entre Novembro e Dezembro do próximo ano.

Antunes Zongo

## BNA estabelece regras para contas simplificadas

O Banco Nacional de Angola (BNA) estabeleceu regras para a abertura de contas simplificadas, destinadas a pessoas singulares, residentes, que não reúnam as condições para a abertura ou acesso a determinados sistemas de pagamentos, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

Segundo o BNA, as contas simplificadas, dependendo da finalidade e sistemas de pagamento utilizados, dispensam a apresentação do bilhete de identidade e/ou do registo junto da Administração Geral Tributária nos termos do Regime Jurídico do Número de Identificação Fiscal. Também estão contemplados, na abertura do referido tipo de contas, os microempreendedores com actividade no sector informal, estando, nesta caso, as contas reservadas para fins comerciais. O BNA também simplifica os mecanismos de acesso aos terminais de pagamento automático (TPA) por parte dos microempreendedores informais.

As Contas Bancárias Simplificadas estão sujeitas a limites máximos de saldos diários e de valor mensal acumulado de transacções a crédito que serão definidos. "Sempre que o valor mensal acumulado de transacções a crédito na conta do cliente exceder o

limite referido, o banco deve verificar o motivo de tal ocorrência, e existindo suspeita de branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, proceder de acordo com a legislação e regulamentação em vigor sobre a matéria", orienta o banco central.

No caso de o cliente ultrapassar o limite do saldo diário estabelecido cinco vezes no período de doze meses, ou ultrapassar o limite mensal de transacções mais duas vezes no mesmo período, por motivo de crescimento dos seus rendimentos, o banco deve informar ao cliente que deixou de reunir as condições para a manutenção de uma Conta Bancária Simplificada e conceder um prazo de 180 dias para a sua migração para uma conta convencional.



## PARA O TERCEIRO TRIMESTRE

# OPEP estima petróleo a 40 USD

Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) estima que, a partir do terceiro trimestre do ano, o preço do petróleo chegue aos 40 dólares, contra os actuais menos de 30 dólares por barril.

A estimativa foi apresentada a 26 de Abril, na Argélia, por Mohamed Arkab, ministro da Energia daquele país e presidente rotativo da OPEP.

"A economia global não ficará paralisada por muito tempo e, com os cortes de 9,7 milhões de barris por dia que a OPEP e



os aliados prometeram para Maio e Junho, esses factores devem elevar o preço do petróleo", disse a uma estação radiofónica da Argélia, posteriormente retomado por diversas agências.

Em teoria, Akbab reafirma que a OPEP e parceiros acreditam que a decisão de cortar a produção dará resultados, contrariamente ao que vem acontecendo desde o anúncio do acordo. Os cortes começam a vigorar a 1 de Maio e vão até Abril de 2021, repartidos em três fases.